

**LUCIANA POMILIO
JUNDIAÍ , SP
SEÇÃO SINDICAL CAMPINAS - DS/SP**

**PROMOVER A EVOLUÇÃO DO ASSESSORAMENTO JURÍDICO PRESTADO
PELO ANFFA SINDICAL AOS FILIADOS**

CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EVOLUÇÃO DO ASSESSORAMENTO JURÍDICO PRESTADO PELO ANFFA SINDICAL AOS FILIADOS

Objetivo

O objetivo desta diretriz é desencadear uma ampla análise sobre o funcionamento do suporte jurídico proporcionado aos filiados pelo ANFFA SINDICAL, seja na forma de assistência individual, para ações judiciais ou processos administrativos disciplinares, seja na forma de assessoramento de caráter amplo.

Resumo

O suporte jurídico dos Sindicatos aos trabalhadores a eles filiados é função precípua deste tipo de organização.

Considerando a percepção da insatisfação do filiado para com o conjunto de atividades que envolvem assistência e assessoramento jurídicos, propõem-se que o atual funcionamento do suporte jurídico seja amplamente revisto, de forma a melhor suprir as necessidades e anseios dos filiados.

Introdução

Há vários anos as delegacias sindicais que se constata que os filiados do ANFFA SINDICAL não estão satisfeitos com o atendimento jurídico por parte do Sindicato. Isso ocorre tanto em relação ao programa de AJI - Assistência Jurídica Individual, quanto nas questões que envolvem consultoria ou aconselhamento jurídico.

Desenvolvimento

A demanda dos filiados por ações da área jurídica podem ser agrupadas em dois grandes grupos:

- Assessoramento e defesa do filiado em processos administrativos disciplinares ou sindicâncias instauradas contra o ANFFA, bem como em ações judiciais movidas contra o ANFFA em decorrência do exercício das atividades que competem ao cargo.

- Assessoramento, consultoria ou aconselhamento para assuntos diversos, relacionados a interesse da categoria, demandados individualmente, em grupos ou coletivamente.

No que diz respeito à AJI, uma das principais críticas da base é o caminho burocrático relativamente longo para obter sua aprovação. Assim, não é raro que os filiados desistam de solicitar a assistência, pois necessitam dela em prazo curto, não sendo possível aguardar o tempo para a resposta formal do Sindicato.

No entanto, a maior insatisfação da base em relação ao atendimento jurídico está relacionada àquilo que pode ser chamado de “consultoria, assessoramento ou aconselhamento”.

Com frequência existe necessidade de obter avaliação e parecer jurídico sobre diferentes situações que se apresentam na rotina dos filiados e da própria entidade, por exemplo:.

- Avaliações jurídica sobre Leis, Decretos, Portarias e Instruções Normativas
- Orientação quanto à conduta a ser adotada frente a situações vivenciadas pelos filiados em sua rotina de trabalho
- Orientação em relação ao relacionamento do filiado com a área de gestão de pessoas do MAPA
- Orientação do filiado para assuntos relativos a aposentadoria, auxílios, etc

Nestas situações, como regra geral, o ANFFA SINDICAL tem se valido dos advogados que são funcionários do Sindicato bem como do escritório de advocacia contratado.

Além da morosidade para obtenção de respostas aos questionamentos levados pelos filiados, não raro obtêm-se avaliações que não claras, conclusivas e até mesmo didáticas.

Este cenário contribui para o descontentamento do filiado com o ANFFA SINDICAL; alavanca desfiliações e afastamentos; retroalimentando a percepção de que a entidade falha em um de seus principais papéis.

Em se tratando de uma queixa recorrente, desde a fundação do ANFFA SINDICAL, entende-se que a solução do problema passa pela discussão e análise do caso em fóruns amplos, democráticos e participativos. Sugere-se o envolvimento de ex Diretores de Assuntos Jurídicos da entidade, Diretores de Assuntos Jurídicos de algumas delegacias sindicais e filiados com expertise na área.

Conclusão

Em busca de um assessoramento jurídico de melhor qualidade e à altura das necessidades e expectativas dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários filiados ao ANFFA SINDICAL, propõem-se a discussão e revisão do modelo atual de atendimento.